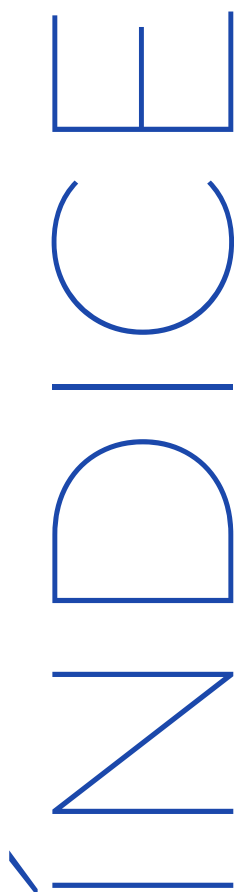


**20
25**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
CCAI

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA**





02.

Composição

05.

Reuniões

07.

Requerimentos apresentados

12.

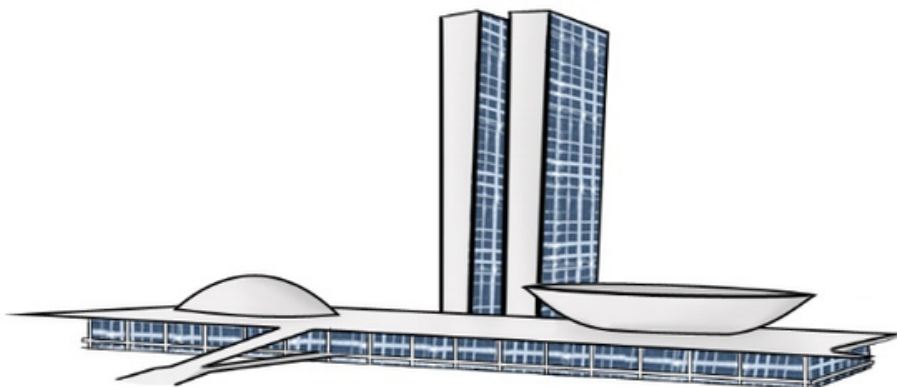
Emendas ao Orçamento

13.

Controle Externo

19.

Propostas Legislativas



Mesa da CCAI em 2025

COMPOSIÇÃO



Presidente
Deputado Filipe Barros



Vice-presidente
Senador Nelsinho Trad

Senadores



Sen. Nelsinho Trad



Sen. Veneziano
Vital do Rêgo



Sen. Ciro Nogueira



Sen. Hamilton Mourão



Sen. Eduardo Braga



Sen. Esperidião Amin

Deputados



Dep. Filipe Barros



Dep. Arlindo
Chinaglia



Dep. Chris Tonietto



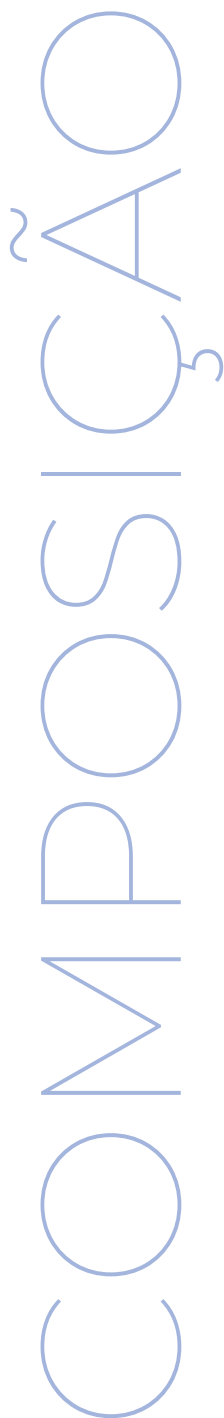
Dep. General
Girão



Dep. Mário
Negromonte Jr.



Dep. Luiz Philippe
de Orleans e
Bragança



(1) 20/04/2023: Designação do Senador Esperidião Amin (Ofício 1/2023 da Liderança da Minoria no Senado Federal).

(2) 20/04/2023: Designado o Senador Eduardo Braga como indicado do Bloco da Maioria. (Ofício nº 4/2023 - GLDMAI, da Liderança da Maioria no Senado Federal).

(3) 12/09/2023: Designado o Deputado Mário Negromonte Jr. conforme Ofício nº 7/2023 da Liderança da Maioria na Câmara dos Deputados.

(4) 19/02/2025: Senador Nelsinho Trad eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

(5) 19/02/2025: Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria no Senado Federal (Ofício 24/2025/GLMDB).

(6) 19/02/2025: Deputada Caroline de Toni foi designada Líder da Minoria na Câmara dos Deputados.

(7) 19/02/2025: Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria no Senado Federal.

(8) 19/03/2025: Deputado Filipe Barros eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

(9) 01/04/2025: Designado o Deputado Luiz Philippe de Orléans e Bragança em substituição ao Deputado Marcos Pollon, conforme Ofício nº 17/2025 da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados.

(10) 08/04/2025: Designado como membro o Deputado Arlindo Chinaglia, Líder da Maioria na Câmara dos Deputados.

(11) 09/04/2025: Deputado General Girão eleito, nos termos da alínea “e”, inciso III, do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (Ofício 45/2023-CREDN).

(12) 08/07/2025: Eleito o Senador Hamilton Mourão, nos termos do art. 7º da Resolução n. 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal (Ofício 87/2025-CRE).

(13) 17/11/2025: Deputada Chris Tonietto designada Líder da Minoria na Câmara dos Deputados

02/04/2025 | 1ª Reunião

Instalação

(Ata publicada no Diário do Congresso Nacional de 03/07/2025, Suplemento A, Páginas 479-486)

09/04/2025 | 2ª Reunião - Secreta

Deliberativa - Requerimentos 1, 3,6,7,8 e 9 de 2025

(Ata Secreta)

02/07/2025 | 3ª Reunião - Secreta

1ª PARTE - Audiência com LUIZ FERNANDO CORRÊA, Diretor-Geral da Abin

2ª PARTE - Deliberativa (Não realizada)

(Ata secreta)

04/11/2025 | 4ª Reunião

Emendas ao PLOA 2026

04/11/2025 | 5ª Reunião

Deliberativa (REQ 11 e OFNs)

05/11/2025 | 6ª Reunião

Audiência Pública: Abin, Polícia Federal, Polícia Militar do RJ

10/12/2025 | 7ª Reunião

Proposta de Resolução da CCAI,
Minuta de Projeto de Lei (Inteligência),
REQ 14/2025



Durante o ano de 2025 foram apresentados 14 requerimentos pelos membros da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Os requerimentos apresentados refletem a diversidade e a complexidade dos temas afetos ao controle parlamentar das atividades de inteligência no Brasil. Foram protocoladas proposições que variam entre pedidos de informações, convocações de autoridades e realização de audiências.

Os temas tratados concentram-se especialmente em questões de segurança nacional, monitoramento de operações de inteligência, acompanhamento de situações sensíveis de fronteira, tensões diplomáticas e o papel das agências de Estado na condução de operações estratégicas.

A tramitação dos requerimentos evidencia a preocupação da Comissão em assegurar a supervisão democrática sobre órgãos de inteligência, em conformidade com sua função constitucional.

Entre os requerimentos apreciados e aprovados, destacam-se aqueles voltados à solicitação de informações formais à Polícia Federal e à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), particularmente no contexto das operações relacionadas à revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu e à atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os pedidos de informação evidenciam que a CCAI exerce seu mandato institucional de “controle externo das atividades de inteligência” não apenas por meio de convocações de autoridades, audiências ou debates públicos, mas também por meio de análises técnicas de documentos.

Outro eixo de atuação refere-se à realização de audiências e reuniões destinadas ao debate de temas estratégicos.

O Requerimento nº 11/2025, que propôs audiência para tratar do avanço das organizações criminosas no território nacional, ilustra o esforço da CCAI para aprofundar as discussões sobre ameaças transnacionais e seus impactos sobre a segurança pública e as atividades de inteligência.

A análise global dos requerimentos de 2025 demonstra que a Comissão cumpriu seu papel na supervisão das atividades de inteligência, concentrando esforços em temas de alta sensibilidade institucional.



Requerimento nº 1/2025

Ementa: Requer que o Sr. Luiz Fernando Correa, encaminhe à esta Comissão no prazo máximo de 20 dias, todos os relatórios de inteligência, ou informações produzidas ou recebidas pela ABIN, ainda que informalmente, sobre negociações entre o governo Brasileiro e o governo da República do Paraguai que tenha qualquer correlação que envolva a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Autor: Senador Esperidião Amin

Resultado: Aprovado em 09/04/25

Requerimento nº 2/2025

Ementa: Requer que seja convidado o Senhor Andrei Augusto Passos Rodrigues RODRIGUES, Diretor-Geral da Polícia Federal, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos recentes vazamentos de informações sigilosas relacionadas ao inquérito que investiga supostas alegações de espionagem conduzidas pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) contra autoridades do Paraguai, especialmente no que tange às negociações do Anexo C do Tratado de Itaipu.

Autor: Senador Esperidião Amin

Requerimento nº 3/2025

Ementa: Requer o envio de informações com cópias de todos os relatórios de inteligência produzidos, recebidos ou replicados pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), entre os anos de 2010 a 2025, que tenham como tema principal, complementar ou acessório a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e/ou sobre a Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Autor: Senador Rogerio Marinho, Senador Jaime Bagattoli, Senador Esperidião Amin, Senador Luis Carlos Heinze

Resultado: Aprovado em 09/04/25

Requerimento nº 4 /2025

Ementa: Requer que sejam convidados o Senhor Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública e o Senhor Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal, a comparecerem a esta Comissão, para prestar esclarecimentos sobre a atuação do Governo Federal nas fronteiras brasileiras.

Autor: Deputada Caroline de Toni

Requerimento nº 5 /2025

Ementa: Requer seja convidado à CCAI o Diretor-Geral da Polícia Federal para prestar esclarecimentos sobre a atuação do Governo Federal nas fronteiras brasileiras.

Autor: Deputada Caroline de Toni

Requerimento nº 6 /2025

Ementa: Requer seja convidado à CCAI o Ministro da Justiça e Segurança Pública para prestar esclarecimentos sobre a atuação do Governo Federal nas fronteiras brasileiras.

Autor: Deputada Caroline de Toni

Requerimento nº 7 /2025

Ementa: Requer informações ao Diretor-Geral da Polícia Federal sobre o acompanhamento de operações conduzidas pela Abin por ocasião das negociações da revisão do Anexo C, do Tratado de Itaipu.

Autor: Deputado Filipe Barros

Resultado: Aprovado em 09/04/25

Requerimento nº 8 /2025

Ementa: Requer seja convocado à CCAI o Ministro das Relações Exteriores para prestar esclarecimentos acerca da crise diplomática entre Brasil e Paraguai, ocasionada pelas recentes acusações de espionagem no país vizinho.

Autor: Deputado Filipe Barros

Requerimento nº 9 /2025

Ementa: Requer que seja autorizada a participação de um assessor por parlamentar membro da CCAI nas reuniões secretas da Comissão a serem realizadas no ano de 2025.

Autor: Deputado Filipe Barros

Resultado: Aprovado em 09/04/25

Requerimento nº 10 /2025

Ementa: Requer que seja convidado à CCAI o Ministro da Defesa, o Comandante da Marinha do Brasil e o Ministro de Minas e Energia, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a atracação de navios de guerra iranianos no Porto do Rio de Janeiro em 2023.

Autor: Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

Requerimento nº 11 /2025

Ementa: Requer a realização de Audiência para debater o avanço das organizações criminosas no território nacional, sua transnacionalidade e os impactos sobre a segurança pública e as atividades de inteligência no Brasil.

Autor: Deputado Filipe Barros

Resultado: Aprovado em 04/11/2025

Requerimento nº 12 /2025

Ementa: Requer que a 5ª Reunião da CCAI seja aberta.

Autor: Senador Hamilton Mourão

Resultado: Aprovado em 04/11/2025

Requerimento nº 13/2025

Ementa: Requer que a 6ª reunião da CCAI seja aberta.

Autor: Deputado Filipe Barros

Resultado: Aprovado em 05/11/2025

Requerimento nº 14/2025

Ementa: Requer ao Diretor-Geral da ABIN informações relacionadas a tratados, propostas de cooperação ou de colaboração e atividades correlatas iniciados ou desenvolvidos junto à República Portuguesa.

Autor: Senador Esperidião Amin

Resultado: Aprovado em 10/12/2025

EMENDAS AO PLOA

Na reunião de 4 de novembro de 2025 foram aprovadas 6 sugestões de emendas de acréscimo/apropriação da CCAI ao PLOA 2026 (PL nº 15/2025 - CN).

Emenda 1	Segurança da Informação e Cibersegurança R\$15.000.000
Emenda 2	Ações de Inteligência - Abin R\$50.000.000
Emenda 3	Implantação e Desenvolvimento do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais R\$10.000.000
Emenda 4	Ações de Caráter Sigiloso - Aeronáutica R\$1.000.000
Emenda 5	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional R\$20.000.000
Emenda 6	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON R\$136.000.000

Em 2025, a CCAI desenvolveu ações relevantes de controle externo, com foco na supervisão das atividades de inteligência e na interlocução com autoridades responsáveis pela coordenação e execução da Política Nacional de Inteligência (PNI). Duas audiências destacam-se como instrumentos essenciais para o escrutínio institucional e o acompanhamento da reorganização do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e das ameaças à segurança nacional.

1. Audiências

1.1 Audiência de 02/07/2025 – Diretor-Geral da ABIN

A audiência foi realizada em atendimento ao Requerimento nº 15/2023-CCAI, que solicitou o convite ao Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Sr. Luiz Fernando Corrêa, para expor à Comissão a nova formatação do Sisbin, decorrente do Decreto nº 11.693, de 6 de setembro de 2023, que instituiu o novo arranjo de governança e coordenação do sistema.

A apresentação aconteceu em reunião secreta.



Audiência com Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Abin

1.2 Audiência Pública de 05/11/2025 – Avanço das Organizações Criminosas

Realizada em atendimento ao Requerimento nº 11/2025, a audiência teve como objetivo debater a expansão das organizações criminosas no território nacional, sua transnacionalidade e os impactos sobre a segurança pública e as atividades de inteligência. Devido à relevância do tema, a reunião, inicialmente secreta, foi transformada em aberta após aprovação do plenário.

Participaram do debate:

- Capitão Daniel Ferreira de Souza
Subsecretário de Inteligência da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro
- Delegado Leandro Almada da Costa
Diretor de Inteligência Policial da Polícia Federal
- Esaú Samuel Lima Feitosa
Diretor de Inteligência Interna da Abin
- Pedro de Souza Mesquita
Coordenador Geral de Análise de Conjuntura Nacional da Abin

Os participantes destacaram o desafio de construir cenários para antever situações complexas e dinâmicas, com uma miríade de atores, motivações e métodos.

Foi enfatizada a necessidade de tratar o problema de inteligência dialogando com todos os órgãos, como a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e as forças policiais federais.

Como temas centrais, falaram sobre o crime organizado transnacional e a situação do Rio de Janeiro.



Crime Organizado Transnacional

·O Primeiro Comando da Capital (PCC) foi classificado como o maior caso de crime organizado no país, o grupo que mais afeta a estabilidade nacional e que se transnacionalizou de forma mais sofisticada. O processo de avanço internacional do PCC foi identificado desde 2016.

·Foi detalhado o processo de expansão do Comando Vermelho (CV), mapeado desde 2013. O CV se proliferou em diversos estados, notadamente no Norte do país, onde em 2023 era o principal grupo em quase todas as unidades da federação (com exceção de Roraima e Amapá, onde também está presente)

·A expansão do CV se deu por meio da aliança com grupos locais que enfrentavam o avanço do PCC, oferecendo uma rede de acesso logístico (armas e drogas) e uma cadeia de comando mais descentralizada.

Situação no Rio de Janeiro

Foi mencionado um processo de mapeamento de organizações criminosas feito em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPEN), que identificou 88 grupos criminosos no âmbito do sistema prisional.

O cenário no Rio de Janeiro foi descrito como difícil, com várias facções atuando em sinergia, desde o antigo jogo do bicho e caça-níqueis até o domínio atual da máfia dos cigarros. A cooptação e a permeabilidade das instituições foram apontadas como facilitadoras desse cenário.



Audiência Pública em 05/11/2025

(Gravação disponível em: <https://www.youtube.com/live/H7bPFnXYyH0>)

2. Análise de 8 OFNs - Ingresso de Unidades Federativas no Sisbin

Na reunião de 04/11/2025, a CCAI apreciou os pareceres do Relator, Senador Esperidião Amin, referentes aos Ofícios do Congresso Nacional (OFNs) que tratam do ingresso de Unidades da Federação no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

Foram 17 as Unidades da Federação interessadas em ingressar no Sisbin: Piauí, Amazonas, Roraima, Paraná, Rio Grande do Norte, Pará, Distrito Federal, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rondônia, Tocantins, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Acre, Mato Grosso e Sergipe

Os pareceres do Senador Esperidião Amin enfatizaram:

- a necessidade de acompanhamento sistemático pela CCAI das adequações estaduais ao Sisbin;
- a importância de que cada UF mantenha relatórios atualizados, padronizados e aderentes às diretrizes do decreto;
- reforço ao papel da CCAI como supervisora da implementação federativa do sistema.

A análise consolidada permite afirmar que os estados vêm avançando no processo de integração ao Sisbin, em consonância com a supervisão exercida pela CCAI. Observa-se, contudo, a existência de assimetrias de capacidade entre as Unidades da Federação, o que impõe a necessidade de acompanhamento contínuo. Os documentos encaminhados constituem base essencial para a fiscalização exercida pelo Poder Legislativo sobre o modelo de inteligência brasileiro.

3. Requisição de Informações:

Dentre os requerimentos submetidos pelos membros da comissão, três deles, relacionados a solicitações de informações, receberam aprovação por parte da CCAI, que tomou as medidas cabíveis para obtê-las.

4. Análise de Documentos:

Após solicitações formais de informações da CCAI a distintos órgãos da Administração Pública Federal, a CCAI procedeu à análise de uma variedade de documentos, cumprindo o processo de fiscalização inerente às suas atribuições.



Projeto de Lei nº 6.423, de 2025

Em 10 de dezembro foi aprovada na Comissão minuta de projeto de lei para aprimorar o arcabouço legal da inteligência no país.

Considerando a relevância dos serviços de inteligência em democracias modernas, essenciais para subsidiar decisões de Estado em áreas como segurança nacional, defesa e relações exteriores e analisando a legislação atual, verificou-se o quanto a legislação brasileira sobre a matéria pode ser aperfeiçoada.

A partir de avaliações técnicas e de consultas a especialistas e profissionais do setor, identificou-se a existência de lacunas normativas no ordenamento brasileiro relativas à atividade de inteligência.

Assim, o projeto de lei proposto busca estabelecer conceitos, procedimentos e parâmetros de atuação para os órgãos do setor, de modo a assegurar efetividade, legitimidade e adequada regulamentação das práticas que envolvem sigilo e produção de conhecimento estratégico. A iniciativa também contempla garantias e obrigações para os profissionais de inteligência, além de delimitar limites funcionais e propor a tipificação de crimes específicos contra a atividade de inteligência, à semelhança de legislações estrangeiras.

A proposição, assim, pretende contribuir para o fortalecimento institucional da inteligência brasileira, alinhando sua atuação aos princípios do regime democrático.

A minuta, aprovada pela comissão, foi autuada como o Projeto de Lei nº 6.423, de 2025, e está em análise no Senado Federal, seguindo, posteriormente, para a Câmara dos Deputado.

Veja a íntegra do Projeto de Lei clicando [aqui](#).

Minuta de Resolução - CCAI

Em 10 de dezembro foi aprovada na Comissão um minuta de nova Resolução para regulamentar a CCAI.

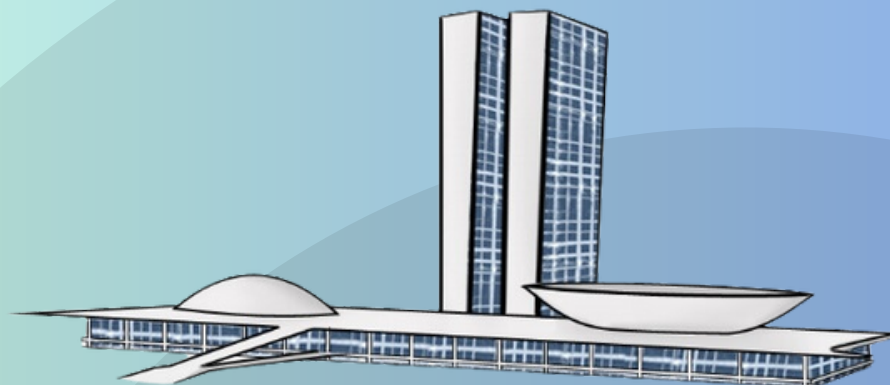
Considerando a importância do controle externo exercido pelo Poder Legislativo sobre as atividades de inteligência no âmbito democrático, identificou-se a necessidade de atualizar a Resolução nº 2/2013-CN (que atualmente regulamenta o funcionamento da CCAI), considerada insuficiente diante dos desafios atuais da fiscalização dos serviços de inteligência.

O texto sustenta que uma nova Resolução deve incorporar conceitos claros sobre inteligência, contrainteligência, operações de inteligência, fiscalização e controle, além de explicitar as competências da Comissão e a abrangência dos entes sujeitos à sua supervisão.

Entre as inovações propostas estão: apreciação para aprovação do nome do indicado ao cargo de Diretor-Geral da Abin, atualmente sob a égide da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, a CRE; o fortalecimento das prerrogativas de convocação de dirigentes dos entes controlados; o aprimoramento dos mecanismos de prestação de contas e do regime dos requerimentos de informação; e a previsão de responsabilidades e sanções em caso de violação de sigilo por parlamentares.

O projeto também propõe alterações na composição e no modelo de presidência da Comissão, visando maior estabilidade, especialização e coerência com as peculiaridades do controle externo da inteligência.

De modo geral, a proposição argumenta que as mudanças pretendidas aperfeiçoam a atuação da CCAI, fortalecem o papel fiscalizatório do Parlamento e contribuem para a segurança jurídica e institucional dos órgãos de inteligência, em benefício do Estado e da sociedade.



CONTATO

Secretaria da CCAI:

Rodrigo Ribeiro Bedritichuk (Secretário)

Marina Ladeira Cotta Marçal

Vivian de Andrade Zoehler Santa Helena

Tiago Torres de Lima Brum

Joanisval Brito Gonçalves (Consultor Legislativo)

Telefone: 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br

Secretaria: Senado Federal, Anexo II,
Ala Senador Nilo Coelho, subsolo, sala 6